O Problema do Açude Castanhão

Caio Lóssio Botelho

Antes de se abordar o problema especificamente, vale ressaltar que o Estado do Ceará tende a se transformar num "Arizona" Brasileiro, considerando a política hidrológica para o nosso Estado. O Ceará dispõe hoje, de 652 açudes, com um total de 8,8 bilhões de m^3 de água, o que representa mais de 57% da água retida no Nordeste Brasileiro, cuja Região possui 15,5 bilhões de m^3 de água, distribuída nos seus 806 açudes. Somente a Represa de Orós (2,1 bilhões de m^3 de água) representa cerca de 1/4 das águas retidas no Ceará. Hoje, o Açu tem 2.400.000.000 m^3.

No Brasil, as represas nacionais somam 258 bilhões de m^3 de água, sendo que a Represa de Itaipú com 29 bilhões de m^3 de água é o maior pólo hídrico da América Latina e do Hemisfério Sul. Ressalte-se que a represa de Assuã, no Egito, é a maior reserva d'água acumulada na África, o continente dos desertos. Como vemos, o Brasil com 258 bilhões de m^3 de água acumulada, tem um total represado superior ao Egito.

O Projeto Castanhão com uma acumulação de 6 bilhões e 800 milhões de m^3 de água, será a maior reserva hídrica do Ceará. A cota máxima do Projeto Castanhão foi estabelecida considerando os seguintes fatos:

1. Aproveitamento econômico da Chapada do Apodí (Ceará e Rio Grande do Norte);
2. Abastecimento de água para a Grande Fortaleza após o ano 2000;
3. O controle das frequentes enchentes do Baixo Jaguaribe.

Em torno da construção do Açude do Castanhão vem se estabelecendo uma polêmica abrangendo duas atitudes:

1. A construção de uma **única e grande barragem**, com objetivo de se criar um polo de catálise hidrológica que venha beneficiar através da irrigação o melhor aproveitamento do seu solo, interferindo mesmo no ciclo meteorológico do nosso micro clima;

2. A construção de dez (10) açudes (de 500 milhões de m^3 de água) no Vale do Jaguaribe.

As duas alternativas supra mencionadas apresentam vantagens e desvantagens.

1. No caso de se estabelecer uma única barragem, com mais de 6,8 bilhões de m^3 de água, esse fato acarretaria uma alteração do nosso micro clima, que repercutiria nas questões do nosso solo, vegetação, evapotranspiração e fenômenos geomorfológicos. A área a ser irrigada seria aumentada consideravelmente no Vale do Jaguaribe, no entanto um problema poderia acarretar, com o uso abusivo e desordenado da irrigação, uma provável salinização de sua área, o que seria uma agressão ao nosso meio.

   Privaria ainda, o solo daquela região do húmus e limos fertilizantes, que antes enriqueciam e regeneravam o seu solo agrícola. Com a construção da Represa do Castanhão, esses sedimentos e humus afundariam em sua Bacia Hidrográfica, impedindo que esses elementos fossem carreados pelo rio até a sua foz, diminuindo no seu litoral o índice de piscosidade, podendo reduzir os planctons e os carbonos orgânicos em aproximadamente 1/3. A salinizacão poderia atingir níveis elevados, pois sem as inundações anuais que faziam antes a lixiviação de seu solo, evitando assim, um aumento da salinização e concorrendo para uma melhor fertilização daquela região, graças ao limos e húmus ali depositados. Com a continuação do ritmo de salinização, tendo em vista que as águas das enchentes não lavariam os sais do solo, dentro de uma década, milhares de acres de terra ficariam reduzidos a cascalhos áridos, em vez de solos agricultu ráveis.

   Serviria ainda o Castanhão, como uma barragem reguladora das grandes cheias e enchentes do Baixo Jaguaribe.

   Por outro lado, no ano que não houvesse o "sangramento" do Castanhão, a sua água ficaria sem condições para o uso doméstico por falta de sua renovação, que ocorreria com a "sangria" do açude. Sabemos por outro lado que a renovação da água armazenada em açudes é de importância fundamental para manter as suas características físico-químí-

cas e biológicas normais, para o uso doméstico, comercial e mesmo industrial.

Destacamos que os açudes super dimensionados, funcionam como armadilhas de sal, levando a alta concentração dos mesmos.

O estabelecimento de uma política de açudagem e irrigação tem de se preocupar profundamente com a infiltração de água no subsolo, a qual poderá provocar a subida de sais dos lençóis subterrâneos trazendo como consequência a salinização e a posterior tendência para a pré-desertificação. Ressalte-se que existe no Ceará uma semelhança entre o seridó e as estepes sahelianas do ponto de vista florístico, onde o seridó é a última forma biofísica antes do deserto. Portanto a solução seria: drenar o subsolo e conduzir a água salinizada até ao mar. Esta solução é mais viável nos pequenos países como Israel ou em pequenas áreas.

2. A segunda alternativa é a tese defendida pelo Engenheiro Cássio Borges da Escola Politécnica de Pernambuco, da construção de 08 a 10 açudes de porte médio (500 milhões de m^3 de água cada), que teriam as vantagens de não desestruturar o equilíbrio hidrológico. De acordo com aquele Engenheiro, uma simulação hidrológica de 50 anos do Castanhão com 4 bilhões 500 milhões de m^3 de água, portanto na cota 100, e se utilizando para os diversos fins os 36 m^3 por segundo (vazão regularizadora), feita por Cássio Borges, a partir de 1939 a 1988, a barragem ficaria totalmente seca nos anos de 1951 a 1955. "Esta simulação feita pelo aludido Engenheiro, mostra sua preocupação mais especificamente, com o problema hidrológico e não dentro de uma visão conjuntural integrada do processo sócio-econômico e ambiental.

   Nesta alternativa a vantagem maior seria a de se evitar no caso de um arrombamento da citada Represa, um problema de consequências drásticas, como ocorreu no passado com o arrombamento do Açude de Orós.

Para nós, o problema tem uma conotação mais ampla, qual seja; de nos dar inicialmente uma visão integrada do substrato físico e seu planejamento, tendo em vista as suas repercussões no

plano sócio-econômico, que o francês chama de "aménegement du territoire".

A elaboração de um Projeto Integrado do Substrato Físico, deve considerar a questão do micro clima, a preservacão do solo pedológico, a proteção dos vegetais, etc., tudo isto, visando objetivamente, evitar a ruptura do equilíbrio ecológico, através do ajustamento ou correção geofísicas, capazes de manter o equilíbrio regional.

É de se lamentar, que no Brasil planeja-se para a Economia, planeja-se para a política etc., e não se Planeja para a Natureza Física, criando mecanismos eficientes para a administração do meio natural.

Por tudo isso, somos favoráveis à criação de Mecanismos Jurídicos e à ativação dos já existentes, para se evitar abusos contra a natureza, e também a orientação das comunidades regionais através de Processos Educativos, em tudo que for possível, para controlar os excessos contra a natureza.

Conclui-se que a primeira alternativa é a mais indicada para a nossa realidade.

Diante de tais fatos, somos ainda de parecer, que se assegure técnica e administrativamente falando, os recursos já alocados, para a construção do referido empreendimento, visto que enquanto se realizam os estudos preliminares, a implementação do Projeto com a construção de uma só Represa, dentro de um Estudo Integrado do Substrato Físico (Aménegement du Territoire), a querela sobre a dualidade do problema seja solucionada.